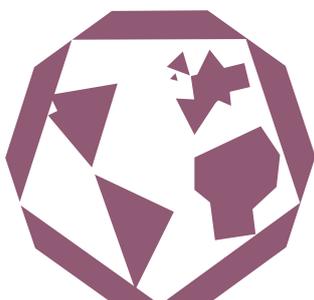


Conselho Europeu xeque-mate do Artigo 50



o futuro das relações econômicas
pós-Brexit e a questão da
fronteira entre as Irlandas



USPMUN

USP Model United Nations

Edição 2018
Guia de Estudos



Conselho Europeu

xeque-mate do Artigo 50: o futuro das relações econômicas
pós-Brexit e a questão da fronteira entre as Irlandas

Diretores:

Gabriel Vitor Lima Rosas

Laura Dantas Moura

Matheus Cabral de Oliveira Rodrigues

Murilo Motta

Contato:

ce.uspmun@gmail.com

2018

São Paulo



carta aos delegados.....3

material.....5

O Conselho Europeu (CE).....5

O Panorama Histórico da Europa.....6

Brexit.....7

O Futuro das Relações Econômicas pós-Brexit.....9

A Questão da Fronteira entre as Irlandas.....10

bibliografia.....12



Prezados representantes do Conselho Europeu,

Estamos muito felizes em dá-los as boas-vindas ao USPMUN 2018 e ao Conselho Europeu. Esperamos que essa seja uma experiência marcante para todos nós, desafiando as fronteiras do senso comum sobre os possíveis resultados desta simulação das negociações da saída do Reino Unido da União Europeia, o BrExit.

O Conselho Europeu tem papel decisivo nas articulações internas da UE, bem como na definição de seus objetivos e valores, em constante construção. Vivemos, entretanto, momentos de tensão no cenário internacional: movimentos populistas demandam mais protecionismo e isolamento, se apoiando em uma retórica xenofóbica, disseminando intolerância e polarização.

No USPMUN, estamos determinados a fazer do futuro o que queremos que ele seja. Desafiamos vocês a valorizarem a retórica para perpetuar relações pacíficas e justas.

O temas a ser debatido é o do futuro das relações econômicas pós-BrExit e a questão da fronteira entre Irlanda e Irlanda do Norte, essa última integrante do Reino Unido. Ambos são temas que exigem pragmatismo e análises quantitativas, mas que englobam consequências imediatas na vida dos cidadãos europeus que devem ser levados em conta para a valorização e perpetuação da “comunidade europeia”.

O seguinte Guia de Estudos tem como objetivo apresentar a instituição, o cenário e os temas a vocês. Para garantir uma boa discussão, é crucial um estudo das informações relevantes ao seu país e à política externa dele, bem como aos temas a serem tratados.

Desejamos um bom trabalho durante a preparação de seus Documentos de Posição Oficial e os esperamos em São Paulo.

Atenciosamente,

Laura Dantas, Murilo Motta, Matheus Rodrigues, Gabriel Rosas
Mesa Diretora



O Conselho Europeu (CE)

“O Conselho Europeu dará à União os impulsos necessários ao seu desenvolvimento e definirá as respectivas orientações políticas gerais”

(Artigo 4º do Tratado de Maastricht, 1992)

A União Europeia (UE) é herdeira da Comunidade Econômica Europeia (CEE), criada em 1958, mas expandiu sua atuação para muito além da Economia, se tornando uma organização que conecta áreas como clima, meio ambiente e saúde às relações internacionais em áreas como segurança, justiça e migração.

No contexto destas transformações institucionais, de forma a abarcar este novo ideal de uma Europa unida visando a paz, o Conselho Europeu foi criado, em 1974, como uma instância informal de debate entre os chefes de Estado ou de Governo dos Estados-Membros da União Europeia. Com o Tratado de Maastricht, em 1992, o Conselho Europeu adquiriu um estatuto e um papel formal: ser o órgão responsável por dar o impulso inicial e as orientações políticas gerais das ações do bloco, por exemplo, recentemente, tendo definido os objetivos da UE nas negociações do BrExit, mesmo que sem atuação per se nos processos de negociação. Em 2009, na sequência das alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa, o Conselho Europeu tornou-se uma das sete instituições oficiais da UE.

Segundo o Tratado de Maastricht (1992), o CE reúne os chefes de Estado ou de Governo dos Estados-membros, bem como o presidente da Comissão, que são assistidos pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados-membros e por um membro da Comissão. O Conselho Europeu reúne-se pelo menos duas vezes ao ano, sob a presidência do chefe de Estado ou de Governo do Estado-membro que exerce a presidência do Conselho em regime rotativo.

Sua função, reconhecidamente, é a de definir as orientações e prioridades políticas gerais do bloco, não sendo uma das instituições legislativas da União, ou seja, não negocia nem adota legislação da UE por si só. O CE trata de questões complexas e sensíveis, que não poderiam ser resolvidas a níveis inferiores de cooperação intergovernamental, definindo a política externa e de segurança comum do bloco Europeu.

Tradicionalmente, suas decisões são registradas através da adoção de “conclusões” durante as reuniões, em que “se identificam as questões candentes e as medidas a tomar”¹. Estes documentos visam identificar questões concretas que preocupam a UE e definir medidas específicas ou objetivos a atingir. Estas conclusões também podem fixar um prazo para se chegar a um acordo sobre determinado tema ou para a apresentação de uma proposta legislativa. Desta forma, o Conselho Europeu pode influenciar e orientar concretamente a agenda política da UE.

As decisões são geralmente tomadas por consenso e, em certos casos, por unanimidade² ou maioria qualificada³, em que somente os Chefes de Estado ou de Governo têm direito de voto. Vale a pena notar que esses atores têm como prioridade defender seus interesses nacionais e agir de acordo com suas agendas próprias. Dada a elevada visibilidade externa das reuniões do Conselho Europeu, o seu principal objetivo relaciona-se frequentemente com objetivos inter-relacionais e de identidade, ou seja, as relações entre os Estados Europeus e o que significa ser um membro do bloco - conceito em constante construção e evolução - e não com objetivos externos. Mesmo quando os Estados-Membros estão divididos sobre uma questão, ser visto como tendo uma abordagem unida e “europeia” é muitas vezes priorizado acima da formulação de diretrizes que realmente fornecem uma base para a ação. Para além da necessidade de fornecer “impulso”, o Conselho tem desenvolvido novas funções destacadamente: a liderança na política externa; a ratificação formal de documentos importantes; e a participação na negociação dos tratados referentes ao bloco.

O presidente em exercício do CE é responsável pela preparação e presidência das reuniões do Conselho, mas não tem poderes legislativos. Representa externamente a União Europeia e apresenta relatórios ao Parlamento Europeu, após reuniões do Conselho. Enquanto o Conselho não tem poderes legislativos ou executivos formais, é uma instituição que lida com as questões importantes e quaisquer decisões tomadas

servem de diretrizes na definição das orientações políticas gerais da União Europeia, o que implica uma influência na definição da agenda dos órgãos Legislativos e Executivos da UE.

Panorama Histórico da Europa

¹ Mais informações disponíveis na página oficial do Conselho Europeu, em português: <http://www.consilium.europa.eu/pt/european-council/>

² Estão sujeitas a votações por unanimidade: a fiscalização, a segurança social ou a proteção social, a adesão de novos países à UE, a política externa e de defesa comum e a cooperação policial operacional entre os países da UE (<https://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/unanimity.html?locale=pt>)

³ Quando o Conselho delibera sob proposta da Comissão ou do Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, é alcançada a maioria qualificada caso sejam satisfeitas duas condições: (i) 55% dos países da UE votam a favor - ou seja, 16 dos 28; (ii) a proposta é apoiada por países que representem, pelo menos, 65% da população total da UE.

Quando o Conselho delibera sob uma proposta que não tenha sido apresentada pela Comissão ou pelo Alto Representante, é adotada uma decisão caso: 72% dos votos dos países da UE sejam favoráveis à decisão; e representem, pelo menos, 65% da população da UE (https://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/qualified_majority.html?locale=pt).

Um dos grandes temas de toda a história da humanidade e central dentro de todas as ciências humanas é a problemática da violência e sua materialização enquanto guerra. Agrupamentos humanos se enfrentam desde os primórdios da civilização e com o passar do tempo os conflitos foram se tornando cada vez mais destrutivos e custosos para a humanidade, e é como uma forma de impedir a ocorrência de conflitos no continente europeu que surgem os primeiros blocos regionais na região.

O conceito da União Europeia (UE) - como um bloco integrador das economias do continente europeu - remonta aos anos 1950 com a formação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). A experiência das duas guerras mundiais tornou claro aos estadistas europeus da época que a forma mais eficiente de se garantir a paz no continente seria pela integração das economias dos grandes países europeus, até o ponto em que a guerra se tornasse uma prática inviável - com isso Alemanha, França e Itália se uniram aos antigos formadores do bloco Benelux (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo) para constituir uma região de livre circulação de Carvão e Aço.

Em 1957, com o tratado de Roma, os Estados parte da CECA deram um passo além no sentido da integração de suas economias criando a Comunidade Econômica Europeia (CEE), um Mercado Comum onde as tarifas de circulação de produtos foram reduzidas substancialmente, incluindo sua eliminação em determinados produtos.

Essa comunidade passa durante as três décadas seguintes por um processo de expansão, tanto de suas funções e seu corpo institucional - incorporando a CECA e a Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATOM), pelo Tratado de Fusão de 1967 -, como em seus membros chegando a contar, à época do tratado de Maastricht, com 12 Estados membros.

Com a entrada em vigor do Tratado de

O Brexit

Maastricht em 1993, a CEE dava lugar à União Europeia, um sistema de governança mais bem estruturado com o objetivo de, além de integrar economicamente os membros, também fomentar a integração política - a União Europeia, por exemplo atua como um bloco em Organizações Internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), em grande medida, devido à padronização das regulações de produtos que é promovida no bloco, com decisões sendo tomadas em Bruxelas e sendo vinculante para os Estados Membros.

A criação da União Europeia, também resulta na reafirmação do conceito das quatro liberdades pilares de integração do bloco: Livre circulação de bens; livre circulação de serviços; livre circulação de capitais; e livre circulação de pessoas.

Em 2002 mais um passo no sentido da integração econômica foi tomado com a criação de uma união monetária para a UE. O Euro substituiu a Moeda de 12 países membros e, apesar da resistência de alguns países em adotar a moeda - como era o caso do Reino Unido -, ela continua a se disseminar.

O bloco passou a ter dificuldades após a crise econômica de 2008, alguns de seus Estados membros - mais notadamente a Grécia - passaram por dificuldades financeiras e tiveram que buscar o apoio do bloco para conseguir cumprir com suas obrigações. As duras condições impostas, principalmente à República Helênic, pelas economias mais sólidas do bloco em contraparte ao auxílio financeiro geraram descontentamento e certo ceticismo de alguns membros com o bloco, de modo que pode ter construído as condições para os questionamentos em relação à razão de sua existência.

Contudo, somente com a crise dos refugiados gerada a partir da Guerra Civil Síria de 2011 e com a política de acolhimento dessas pessoas promovida por Bruxelas que os movimentos pela secessão de alguns Estados membros do bloco europeu começaram a ganhar força. É nesse contexto que está inserido o processo de retirada do Reino Unido da União Europeia, o chamado Brexit.

Os eventos que levaram ao referendo que deu início ao processo do Brexit possui raízes antigas, datando desde antes mesmo de o Reino Unido se juntar a qualquer projeto de integração europeia. As primeiras ideias da formação de um projeto de integração do continente já consideravam um Reino Unido distante de tal projeto, tal distância do país só foi quebrada com o pedido, em 1961, do governo britânico sob o controle do Primeiro Ministro conservador Harold Macmillan de entrada na Comunidade Econômica Europeia (HELM, 2016).

Esta primeira tentativa de participação no projeto de integração já foi oposta por diversos indivíduos, mais proeminentemente por alguns políticos do Partido Trabalhista, engajando em um comportamento de rejeição à participação do RU no bloco europeu que tem sido frequentemente denominado Euroceticismo - definição dada a qualquer movimento, presente em diversos países, em que certos grupos se mostram contrários a certos aspectos do bloco (os chamados Soft eurocéticos) ou opondo a própria existência do bloco (os chamados Hard eurocéticos), sob a justificativa que o bloco reduziria a soberania nacional dos Estados Membros (ULTAN; ORNEK, 2015). A literatura, destacadamente, trata do caso britânico de reservas à UE como um dos mais notáveis.

Apenas um ano após a entrada do Reino Unido na Comunidade Europeia, em 1974, o novo governo do Partido Trabalhista promoveu um referendo para que a população decidisse se o país deveria continuar membro do bloco - o resultado foi 67% dos votos a favor da continuidade (HELM, 2016). Contudo, apesar da vitória do movimento de permanência, o euroceticismo não foi removido do cenário político britânico, o governo de Margaret Thatcher, por exemplo, apresentava em seu cerne um euroceticismo soft - com uma oposição a qualquer movimento no sentido da integração que, na visão do governo, pudesse causar a transferência de soberania para a administração do bloco, nas palavras da Primeira Ministra: "Tentar suprimir a nação e concentrar o poder no centro do conglomerado europeu seria extremamente prejudicial e impediria que alcançássemos os objetivos que

buscamos”⁴ (THATCHER, 1988). Apesar do governo de Thatcher não ser contrário à participação do país no projeto europeu ele serviu de modelo para uma nova geração de eurocéticos dentro do Partido Conservador (HELM, 2016).

Com passos cada vez maiores na direção de uma integração econômica e política no continente, como a instituição de uma União Monetária, aliado à crise de 2008 - que expôs a fragilidade de alguns membros que tiveram que se submeter aos requisitos do bloco europeu para o recebimento de auxílio, como a Grécia - o discurso de eurocéticos começou a ganhar momento e sua relevância cresceu, uma vez que o argumento da cessão de soberania para a administração do bloco se mostrou mais evidente. Além disso, a crise de refugiados resultante das guerras civis travadas no mundo árabe - especialmente na Síria - levantou reações à livre circulação de pessoas proposta pelo bloco e a impossibilidade dos Estados de efetivamente controlar suas fronteiras - de fato, uma das principais estratégias dos que buscavam a saída do bloco europeu foi propagar o medo dos refugiados na sociedade (MOTTA, 2018).

Com a crescente importância dos grupos eurocéticos dentro da política britânica, o Primeiro Ministro David Cameron se comprometeu a realizar um novo pleito para decidir sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia. O referendo propondo a saída do RU da UE foi realizado em Junho de 2016 e 52% dos votos foram para a retirada do país do bloco europeu. O resultado levou à queda do governo de David Cameron, que foi substituído por Theresa May.

De imediato o resultado da votação causou controvérsias, especialmente entre as entidades que compõem o Reino Unido - os resultados na Escócia e Irlanda do Norte foram na direção da manutenção do Estado na União Europeia com, respectivamente, 62% e 55,8% dos votos pela permanência (BBC, 2016), enquanto na Inglaterra e País de Gales foi pela saída. O Parlamento escocês, em resposta aos resultados, propôs um novo referendo para decidir se o país continua a fazer parte do Reino Unido (BBC, 2017).

O artigo 50 do Tratado de Lisboa - que prevê a saída de um Membro do bloco - foi acionado pelo governo britânico em 29 de Março de 2017. Sob esse artigo, o Reino Unido e a União Europeia tem um prazo de 2 anos para a negociação dos termos da retirada britânica do bloco e de

como se dará a relação futura entre as duas entidades. Dentro dessas negociações estão inseridas a solução de pendências do governo britânico ao bloco, como compromissos já firmados, projetos em andamento e dívidas, além da situação de cidadãos europeus residentes no Reino Unido e britânicos residentes em outros Estados Membros e, mais importante para nossos propósitos, as relações econômicas pós-brexit e o caso da fronteira Irlandesa.

⁴ Tradução livre feita pelos autores.

O Futuro das Relações Econômicas Pós-Brexit: visões para um acordo

Com a ativação do artigo 50 do tratado de Lisboa, o Reino Unido deverá negociar suas relações econômicas futuras com o Bloco Europeu. Como membro da Comunidade Europeia desde os anos 70, o país desenvolveu uma sólida relação comercial com a instituição, seja no comércio de bens ou de serviços, sendo necessário que o governo britânico consiga um acordo que possa mitigar o impacto negativo da saída para a economia britânica.

A principal questão colocada nas negociações da futura relação econômica dos atores se encontra em quais das quatro liberdades constituintes do projeto de integração europeu - livre circulação de bens; livre circulação de serviços; livre circulação de capitais; é livre circulação de pessoas - ainda serão praticadas entre Reino Unido e União Europeia.

A economia britânica se mostra particularmente sensível ao comércio de serviços com a União Europeia - devido à sua grande exportação de serviços financeiros (BUSCH; MATTHES, 2016), de modo que um acordo vantajoso para o país seria um que mantivesse em certo grau a livre circulação de serviços ao mesmo tempo em que impusesse limites à livre circulação de pessoas - um dos principais motivadores para o Brexit.

Há atualmente quatro modelos de relacionamento comercial com o bloco europeu que podem ser levados em consideração pelos negociadores britânicos para desenhar sua futura relação com a União Europeia: o Modelo Norueguês; o Modelo Suíço; o Modelo Turco; e o Modelo da OMC. Apesar de as negociações terem a liberdade de buscar uma solução

diferente e sem qualquer relação com esses modelos, é importante explicitar como outros países resolveram a questão de sua relação com a União Europeia. Abaixo são apresentados os modelos.

1. Modelo Norueguês

A Noruega é membro da Associação de Livre Comércio Europeia. Todos seus membros com exceção da Suíça integram o Espaço Econômico Europeu (EEE). O EEE surgiu por meio de um acordo próprio em 1994 e expandiu o mercado da União Europeia. O Acordo do EEE de 1994 se baseava em quatro liberdades fundamentais: a livre circulação de mercadorias, de pessoas, de serviços e de capitais. Dessa forma, esses países também fazem parte do espaço Schengen, ou seja, estão inclusos no espaço de livre circulação de pessoas entre os países-membros.

A diferença entre a União Europeia e os membros da Associação de Livre Comércio Europeia está na integração política entre seus membros. Os não pertencentes à UE não se enquadram nas políticas de agricultura e pesca.

Essa opção manteria o RU no mercado comum Europeu mas a participação no EEE traria algumas restrições; o país precisaria estar de acordo com as regulações do bloco sem poder participar das formulações das mesmas. Dessa maneira o RU perderia capacidade de regular seu mercado.

5.2. Modelo Suíço

A Suíça tem um acordo diferente da Associação de Livre Comércio Europeia. A Suíça tem uma série de acordos bilaterais com a UE, muitos desses essenciais para ambos - como tratados sobre aviação civil, pesquisa científica, agricultura e livre circulação de pessoas, por exemplo (CONFEDERAÇÃO SUÍÇA, 2018).

Formular acordos bilaterais pode ser de certa dificuldade para o RU devido a dificuldade de se chegar a acordos que satisfaçam ambos atores (RU e UE) em todos os setores.

Não alcançar um acordo em alguns setores pode ser de extremo prejuízo ao RU, contudo, esse modelo implica em maior liberdade quanto o fato de seguir as regulamentações diversas do mercado da UE. Não estaria incluído na política

agrícola comum da UE e não precisaria ajudar financeiramente o bloco.

5.3. Modelo Turco

O relacionamento da Turquia com a União Europeia se dá por meio de uma União Aduaneira, desta forma o país se mantém em um regime em que a circulação de bens manufaturados e produtos agrícolas entre os atores é promovida através da eliminação de tarifas e cotas de comércio.

O Modelo Turco apresenta vantagens e desvantagens claras para o Reino Unido. A grande vantagem se dá na medida que a medida em que promove a livre circulação de bens entre os atores, mas não exige que o país se submeta às regulações sociais e do mercado de trabalho do bloco - a livre circulação de pessoas, por exemplo, não é um dado nesse modelo. Contudo a falta de um acordo com relação à livre circulação de serviços pode ser um duro golpe à economia britânica, que apresenta um setor de serviços muito forte.

A perspectiva de construir uma relação dessa natureza com a União Europeia pode se mostrar limitada. A relação com a Turquia foi construída dessa forma como uma preparação para a futura integração total do país ao bloco, os negociadores europeus podem não se mostrar muito receptivos a esse caminho.

5.4. Modelo da OMC

O último modelo de relacionamento, e o qual a maioria dos países do mundo possui, é regido pelas regras da Organização Mundial do Comércio. Sob esse regime prevalece o Princípio da Nação mais favorecida, no qual as tarifas impostas aos produtos britânicos seriam as mesmas dos demais países.

Sob esse modelo o Reino Unido não teria acesso ao Mercado Comum europeu e seus produtos e serviços seriam taxados antes de entrar na União Europeia. Para além disso, o país também estaria sujeito às barreiras não tarifárias impostas pelo bloco - como barreiras fitossanitárias.

Uma relação baseada nas Regras da OMC seria uma desvantagem para o Reino Unido e a construção de uma relação sob esse modelo se mostra como alternativa última, caso as negociações por uma relação especial falhem.

A Questão da Fronteira entre as Irlandas: estado atual da relação

A questão Irlandesa representa um dos pontos mais controversos no processos de negociação da retirada do Reino Unido da UE. Esta seção busca demonstrar as dificuldades associadas à fronteira Irlandesa nas negociações do Brexit, para isso traça-se um panorama do processo que levou à situação atual da fronteira e discute-se as consequências de uma possível impossibilidade de se encontrar um acordo.

As origens da questão podem ser traçadas até a Guerra de Independência Irlandesa (1919-1921). Durante o período de união da Irlanda com a Grã-Bretanha (1800-1921), tensões, principalmente relacionadas à questão religiosa no país, de maioria católica em um Estado governado majoritariamente por protestantes, emergiram. Os conflitos políticos se tornaram insustentáveis o que levou à criação em 1919 do Exército Republicano Irlandês (IRA, na sigla em inglês) que levou a escalada da violência e uma guerra pela independência do País - com o fim da Guerra e a assinatura do tratado Anglo-Irlandês (1921) é instituído o chamado Estado Livre Irlandês, um Estado com status semelhante ao do Canadá à época, com Governo próprio, mas ainda ligado ao governo britânico. O Artigo 12 do tratado traz passos, caso fosse o desejo da Irlanda do Norte (região de maioria protestante), a serem tomados a fim de estabelecer suas fronteiras entre o Estado Livre Irlandês (KAY, 2018).

Em 1949 o governo Irlandês rompe sua relação com a Commonwealth e em retaliação, o governo britânico, formulou legislação reconhecendo o novo status da Irlanda - agora República da Irlanda -, mas efetivamente garantiu a separação da Irlanda do Norte, mantendo-a como parte do RU (KAY, 2018).

Com o início da década de 1970, o IRA passa a realizar atentados contra militares na Irlanda do

Norte que são respondidos com a instituição de grupos paramilitares protestantes. Um aumento das tensões leva, em 1972, a um marco da história do conflito Irlandês, o chamado “Bloody Sunday”, quando 14 manifestantes são mortos por militares britânicos.

Nesse momento as comunidades dentro da Irlanda do Norte se encontravam fortemente divididas. Com a morte, em 1982, de dez integrantes do IRA em uma greve de fome em uma penitenciária de Belfast, um sentimento de simpatia pela causa republicana começa a tomar forma no norte e pouco depois, o Sinn Fein - o braço político do IRA consegue as primeiras cadeiras no parlamento norte-irlandês. Com esse crescimento da força dos republicanos, um acordo é firmado em 1985 - durante o governo Thatcher - de que a República Irlandesa passa a ter voz em assuntos relacionados ao território da Irlanda do Norte (Jornal Estado de Minas, 2018).

Contudo a violência não é encerrada até o Acordo de Belfast (1998) quando um acordo sobre a situação das Irlandas é obtido entre o governo britânico e entidades políticas das duas Irlandas, tendo sido referendado pela população dos dois países.

Um fator que tem se mostrado de grande importância para a manutenção da paz na região está diretamente relacionada à União Europeia - a livre circulação de pessoas dentro do bloco europeu. Com essa liberdade é possível a cidadãos da Irlanda do Norte trabalharem, estudarem e viverem na República da Irlanda e de Irlandeses fazerem o mesmo na Irlanda do Norte. A inexistência de facto de uma fronteira entre as duas Irlandas age como uma união de comunidades que se mostra relevante para o fim do conflito.

Com a saída do Reino Unido da UE colocou-se em pauta o restabelecimento de uma fronteira (Hard Border) entre as duas Irlandas - o que pode agir como um novo motivador de conflitos, devido a seu potencial de separação de comunidades e interrupção das vidas de cidadãos que consolidaram uma posição de transição entre as duas entidades políticas.

Anthony (2017) pontua que um há um interesse do RU em impor uma fronteira entre as Irlandas como uma forma de controlar a imigração ao país. Os desafios que se colocam para os negociadores do BrExit se colocam, portanto em uma forma de conseguir encontrar um acordo que evite o reavivamento de conflitos.

ANTHONY, G. BrExit and the Irish Border: Legal and Political Questions. A Royal Irish Academy – British Academy BrExit Policy Discussion Paper. 2017.

BBC. EU Referendum Results. BBC. [s.i.]. jun. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/politics/eu_referendum/results>. Acesso em: 16 jul. 2018.

BBC. Scottish Parliament backs Referendum Call. BBC. [s.i.]. 28 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/uk-scotland-39422747>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

BUSCH, Berchtold; MATTHES, Jürgen. Brexit - The Economic Impact: A Meta-Analysis. Institut der deutsche Wirtschaft Köln, Köln, 2016.

CONFEDERAÇÃO SUÍÇA. The Major Bilateral Agreements Switzerland-EU, 2018. Disponível em: <https://www.eda.admin.ch/dam/dea/en/documents/foalien/Folien-Abkommen_en.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.

HELM, Toby. British Euroscepticism: a Brief History. The Guardian. [s.i.]. 07 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2016/feb/07/british-euroscepticism-a-brief-history>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

KAY, Sean et al. Ireland. In: ENCICLOPAEDIA BRITANNICA. 2018. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Ireland>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MOTTA, M. Atores e Processos das Negociações do BrExit: do referendo britânico ao conselho europeu. Iniciação Científica financiada pela FAPESP (2017/2018). 2018.

THATCHER, M.. Speech to the College of Europe. Bruges. 20 set. 1988. Disponível em: <<https://www.margarethatcher.org/document/107332>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

Tratado Anglo-Irlandês. 06 Dezembro 1921. Disponível em: <<http://treaty.nationalarchives.ie/wp-content/uploads/2011/12/Anglo-Irish-Treaty.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

Tratado de Maastricht. 1992. Disponível em: <https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty_on_european_union_pt.pdf> Acesso em 10 Junho 2018.

ULTAN, Mehlika Ozlem; ORNEK, Serdar. Euroscepticism in the European Union. International Journal Of Social Sciences, [s.i.], v. 4, n. 2, p.49-57, 2015.